

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos
em 31 dezembro de 2023 e 2022 e relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações financeiras.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Sobre a Companhia

1.2. Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Sul ("Concessionária" ou "Companhia"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.3. Destaques do ano de 2023

Em 2023, iniciou-se os investimentos da Fase 1-B necessários para adequação das infraestruturas dos 9 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A. Tais investimentos se constituem de melhorias nos terminais de embarque de passageiros, adequações de regulamentos vigentes, melhorias operacionais entre outros.

O tráfego cresceu 17% frente a 2022, alcançando 10,9 milhões de passageiros. No que tange a ampliação da oferta de serviços em seus aeroportos, foram celebrados 15 novos contratos de alimentação e 21 novos contratos de varejo e serviços, dos quais 18 operações foram inauguradas ainda em 2023. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas ao longo do ano, destacam-se:

- Implementação de mobiliário digital de publicidade em Foz do Iguaçu (IGU), Curitiba (CWB), Bagé (BGX), Uruguaiana (URG), Londrina (LDB);
- Inauguração de 2 novas operações de Duty Free em Foz do Iguaçu (IGU);
- Assunção das operações de estacionamento em Joinville (JOI);
- Inauguração de 3 novas salas VIP, sendo 2 em Curitiba (CWB) e 1 em Joinville (JOI);
- Implementação de novo contrato de DAS (Distributed Antenna System) em Navegantes (NVT) e Foz do Iguaçu (IGU);
- Assinatura de 6 novos contratos de hangares em Bacacheri (BFH);
- Assinatura de 5 novos contratos de real estate em Curitiba (CWB), Uruguaiana (URG), Bagé (BGX), Pelotas (PET) e Joinville (JOI);
- 3 novas frequências de voos cargueiros internacionais em Curitiba (CWB).

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidências com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

2.2. Gestão de Pessoas

A Companhia vinculada ao seu planejamento estratégico tem o colaborar no centro de sua gestão atuando como um dos principais stakeholders.

Em dezembro de 2023, atuam na Companhia 429 colaboradores efetivos. Visando a eficiência operacional, o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da Plataforma Aeroportos com recursos da média e alta administração compartilhados entre todos os aeroportos.

A Companhia prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2023 continuou a implantação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade. Além disso, a Companhia implementou a evolução de sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto).

2.3. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais. O contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual determina procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da Administração para a contratação com a Parte Relacionada em vistas das alternativas de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Desempenho

3.1.1. Custos e Despesas

A Companhia atuou plenamente durante todo o ano de 2023, por isso percebe-se um aumento em relação ao ano de 2022, porém no contínuo compromisso da Companhia com a eficiência operacional, destaca-se importante economia em custos recorrentes a partir da negociação de novos contratos de diversos serviços operacionais, tais como limpeza, segurança e bombeiros.

3.1.2. Dívida

Em outubro de 2023 foi realizada a terceira emissão de Debêntures no valor de R\$ 2,5 bilhões com remuneração de IPCA + 6,99% a.a. Essa captação teve como destinação de recursos a realização de investimentos.

Além disso, em outubro de 2023 foi realizada a quitação antecipada da 1ª e 2ª emissão de Debêntures.

4. Considerações finais

4.1. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

São Paulo, 19 de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Bloco Sul S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Balancos patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		436.515	323.448
Caixa e equivalentes de caixa	6	349.633	173.146
Aplicações financeiras	6	4.078	81.792
Contas a receber das operações	7.1	56.636	54.356
Contas a receber de partes relacionadas	9	146	231
Tributos a recuperar		11.432	4.850
Estoques		5.441	4.703
Adiantamentos a fornecedores		1.125	-
Despesas antecipadas e outros créditos		8.024	4.370
Não circulante		3.213.996	2.822.606
Contas a receber das operações		246	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	126.715	79.922
Tributos a recuperar		779	-
Depósitos judiciais e outros		25	-
Imobilizado	10	17.234	13.198
Intangível	11	2.656.692	2.685.528
Infraestrutura em construção	11	412.121	43.731
Direito de uso em arrendamento		184	227
Total do Ativo		3.650.511	3.146.054
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		149.465	77.013
Debêntures	12	32.574	-
Fornecedores	13	72.023	20.751
Passivo de arrendamento		51	51
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	7.803	27.112
Impostos e contribuições a recolher		12.224	5.859
Obrigações sociais e trabalhistas	14	20.988	17.163
Outras obrigações		3.802	6.077
Não circulante		2.504.604	2.229.393
Debêntures	12	2.498.696	2.225.806
Fornecedores	13	1.896	77
Passivo de arrendamento		147	185
Obrigações sociais e trabalhistas	14	481	305
Outras obrigações		3.384	3.020
Patrimônio Líquido	15	996.442	839.648
Capital social		1.245.010	995.010
Reserva de capital		186	-
Prejuízos acumulados		(248.754)	(155.362)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.650.511	3.146.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	16	779.061	338.465
Custo dos serviços prestados		(564.256)	(209.088)
Custo de construção		(312.459)	(39.519)
Serviços		(113.159)	(70.869)
Depreciação e amortização	10 e 11	(44.238)	(30.573)
Custo com pessoal		(52.856)	(43.047)
Seguros		(3.649)	(3.962)
Eventos, feiras e congressos		(1.092)	(1.297)
Energia elétrica		(14.801)	(7.609)
Operação assistida		-	704
Materiais, equipamentos e veículos		(18.487)	(11.665)
Outros		(3.515)	(1.251)
Lucro bruto		214.805	129.377
Despesas operacionais		(60.433)	(47.112)
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(31.070)	(25.201)
Serviços		(11.249)	(11.624)
Depreciação e amortização	10 e 11	(700)	-
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(5.922)	(365)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.536)	(1.131)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1.365)	(580)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.265)	-
Gastos com viagens e estadias		(1.076)	(2.070)
Materiais equipamentos e veículos		(387)	(516)
Perdas com clientes		(2.227)	-
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber		258	(4.706)
Outras despesas (receitas) operacionais		(2.894)	(919)
Resultado antes do resultado financeiro		154.372	82.265
Resultado financeiro	17	(294.557)	(274.846)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(140.185)	(192.581)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.1	46.793	65.413
Prejuízo do exercício		(93.392)	(127.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(93.392)	(127.168)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(93.392)	(127.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de capital		Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2022		2.968.340	(1.973.330)	-	(28.194)	966.816
Prejuízo do exercício		-	-	-	(127.168)	(127.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.968.340	(1.973.330)	-	(155.362)	839.648
Prejuízo do exercício		-	-	-	(93.392)	(93.392)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.2	-	-	186	-	186
Integralização de capital social em 02 de outubro de 2023	15.1	-	250.000	-	-	250.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.968.340	(1.723.330)	186	(248.754)	996.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		(93.392)	(127.168)
Ajustes por:			
Imposto renda e contribuição social diferidos	8.2	(46.793)	(65.413)
Depreciação e amortização	10 e 11	44.895	30.520
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		43	53
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	329.964	278.651
Capitalização de custos dos empréstimos	10 e 11	(19.878)	(2.312)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(258)	4.706
Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	17	24.651	20.827
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	(66)	(215)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		15	22
Rendimento de aplicação financeira		(5.169)	(9.329)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.2	186	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(2.268)	(59.062)
Contas a receber de partes relacionadas	9	85	75
Tributos a recuperar		(6.431)	(1.301)
Estoques		(738)	(4.703)
Despesas antecipadas e outros créditos		(3.679)	(853)
Adiantamentos a fornecedores		(1.125)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	13	(21.195)	16.044
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(43.960)	3.080
Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.001	13.264
Impostos e contribuições a recolher		6.365	5.765
Outras obrigações		(1.911)	9.097
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		163.342	111.748
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(4.006)	(11.459)
Adições ao ativo intangível	11	(291.179)	(47.950)
Aplicações financeiras liquidas de resgate	6	82.883	(65.004)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(212.302)	(124.413)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures:			
Captações (líquidas de custos de transação)	20.2	2.479.467	110.151
Pagamentos de principal e juros	20.2	(2.503.967)	-
Integralização de capital	15.1	250.000	-
Arrendamento:			
Pagamento de principal e juros	20.2	(53)	(66)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		225.447	110.085
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		176.487	97.420
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		173.146	75.726
No final do exercício		349.633	173.146
		(176.487)	(97.420)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Concessionária do Bloco Sul S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 4º andar, sala 09, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o Contrato de Concessão assinado em 20 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 29 de novembro de 2051.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, Bacacheri em Curitiba/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS.

Durante o primeiro trimestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Concessionária como operador aeroportuário. Sendo assim, em 09 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Governador José Richa em Londrina/PR, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, Bacacheri em Curitiba/PR, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS e, em 31 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC e Cataratas em Foz do Iguaçu/PR.

Após esta etapa, em maio de 2022, a Concessionária submeteu à apreciação do Poder Concedente os respectivos anteprojetos e cronogramas de execução dos investimentos de ampliação e adequação da infraestrutura previstos para cada aeroporto, com a caracterização da infraestrutura para atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos, após a realização do processo de consulta às partes interessadas relevantes.

Ademais, em agosto de 2022, a Concessionária concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetiva aprimorar os padrões operacionais dos aeroportos em questão, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, disponibilização de internet wi-fi gratuita de alta velocidade em todo terminal de passageiros, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, revisão e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Por fim, em novembro de 2022, a Concessionária apresentou às partes interessadas relevantes e à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC o seu Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI), contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da concessão.

Em 2023 iniciaram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, para adequação das infraestruturas dos 9 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A. Tais investimento se resumem a melhorias nos terminais de embarque, adequações de regulamentos vigentes, melhorias operacionais entre outros e estão previstos para serem concluídos até novembro de 2024.



Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 19 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao



valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3.2 Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

3.3 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.



Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.



Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5 Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.



3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre debêntures. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.9 Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.



3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.



3.11 Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

3.12 Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.13 Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, as novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:



- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 ; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3.14 Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e



- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1 Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12 e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 18.



d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	171.804	173.199	172.499	175.020	4.782.325
Fornecedores e outras obrigações	75.825	5.280	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	7.803	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	489	14
Aplicações financeiras (a)	349.144	173.132
Total	349.633	173.146

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	4.078	81.792
Aplicações financeiras (a)	4.078	81.792
Total	4.078	81.792

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,15% do CDI, equivalente a 13,39% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,22% do CDI, equivalente a 12,71% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1 Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	56.636	54.356
Contas a receber das operações (a)	61.084	59.062
Provisão para perda esperada (b)	(4.448)	(4.706)
Não circulante	246	-
Contas a receber das operações (a)	246	-
Total	56.882	54.356

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2 Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	54.136	51.848
Créditos vencidos até 60 dias	1.916	1.710
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	830	798
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	2.021	3.633
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.427	1.073
Total	61.330	59.062

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(140.185)	(192.581)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	47.663	65.478
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(854)	(65)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(78)	-
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	61	-
Outros ajustes tributários	1	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	46.793	65.413
Impostos diferidos	46.793	65.413
Aliquota efetiva de impostos	33,38%	33,97%



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2023	2022
Imposto de renda e a contribuição social diferidos		
Ativo	142.500	82.339
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	132.293	73.366
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.694	3.060
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.512	1.600
Provisão para fornecedores	51	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	325	-
Pré operacionalidade	3.175	4.177
Arrendamento	5	3
Programa de Gratificação Longo Prazo	445	133
Compensação de imposto ativo	(15.785)	(2.417)
Impostos ativos após compensação	126.715	79.922
Passivo	(15.785)	(2.417)
Capitalização de juros	(7.525)	(786)
Custo de transação de debêntures	(8.260)	(1.631)
Compensação de imposto passivo	15.785	2.417
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	126.715	79.922
Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	79.922	14.509
Reconhecimento no resultado	46.793	65.413
Saldos em 31 de dezembro	126.715	79.922

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2023
2028	6.104
2029 em diante	126.189
Total	132.293

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos	2023				2022			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	4	1.426	1.430	-	106	131	237
Aplicações financeiras	-	-	855	855	-	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	429	429	-	-	6	6
Contas a receber	-	4	142	146	-	106	125	231
Passivo	413	6.616	774	7.803	2.385	24.640	87	27.112
Fornecedores e contas a pagar	413	6.616	774	7.803	2.385	24.640	87	27.112

Transações	2023				2022			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(576)	(576)	-	-	(189)	(189)
Custos / despesas - doações	-	-	(1.143)	(1.143)	-	-	-	-
Custos / despesas - seguros	-	-	(6)	(6)	-	-	-	-
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	-	(929)	(929)	(59)	-	(5)	(64)
Custos / despesas com locação de espaços	-	-	-	-	-	-	(514)	(514)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(203)	-	(203)	(40)	-	(43)	(83)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	(1.780)	(1.780)	-	-	(1.476)	(1.476)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(42)	(42)	-	-	(28)	(28)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	(17)	(17)	-	-	(429)	(429)
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(24.651)	(1.341)	(25.992)	-	(20.827)	-	(20.827)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(64)	(64)	-	-	(35)	(35)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	6.707	6.707	-	-	-	-
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	623	623	-	-	178	178
Repasse de custos e despesas - CSC	-	(20.340)	(7)	(20.347)	(343)	(14.920)	-	(15.263)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	219	(513)	(294)	-	123	(60)	63
Imobilizado/ Intangível	-	(7)	(160)	(167)	-	-	(181)	(181)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	1.259	1.259
Adições	-	-	-	-	11.939	11.939
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	13.198	13.198
Custo	-	-	-	-	13.198	13.198
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	13.198	13.198
Adições	-	-	-	-	5.085	5.085
Transferências	33	142	4.306	4.481	(4.481)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3	-	3	-	3
Depreciação	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)
Outros	(1)	-	(245)	(246)	-	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29	129	3.274	3.432	13.802	17.234
Custo	32	145	4.061	4.238	13.802	18.040
Depreciação acumulada	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29	129	3.274	3.432	13.802	17.234
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	10	15	24			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 1.079 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 480 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 10,72% a.a e 11,58% a.a., respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.705.828	469	2.706.297	2.187	2.708.484
Adições	7.495	1.173	8.668	42.627	51.295
Transferências	1.083	-	1.083	(1.083)	-
Amortização	(30.520)	-	(30.520)	-	(30.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.683.886	1.642	2.685.528	43.731	2.729.259
Custo	2.714.406	1.642	2.716.048	43.731	2.759.779
Amortização acumulada	(30.520)	-	(30.520)	-	(30.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.683.886	1.642	2.685.528	43.731	2.729.259
Adições	-	1.607	1.607	382.723	384.330
Transferências	14.333	-	14.333	(14.333)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(3)	(3)	-	(3)
Amortização	(44.089)	-	(44.089)	-	(44.089)
Outros	(684)	-	(684)	-	(684)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.653.446	3.246	2.656.692	412.121	3.068.813
Custo	2.728.055	3.246	2.731.301	412.121	3.143.422
Amortização acumulada	(74.609)	-	(74.609)	-	(74.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.653.446	3.246	2.656.692	412.121	3.068.813
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2023		(a)			

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 18.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.832 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 10,72% a.a. e 11,58% a.a., respectivamente.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

	378.525
Obras contratuais Fase 1A	9.115
Obras contratuais Fase 1B	369.410

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
1ª Emissão - série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8688% (a)	Março de 2024	7.449	-	-	2.103.082 (b)
2ª Emissão - série única	CDI + 1,60% a.a.	1,9513% (a)	Abril de 2024	795	-	-	122.724 (b)
3ª Emissão - série única	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532	20.421	2.531.270	- (c) (d) (e) (f)
				Total	20.421	2.531.270	2.225.806



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Circulante	32.574	-
Debêntures	33.304	-
Custos de transação	(730)	-
Não circulante	2.498.696	2.225.806
Debêntures	2.518.387	2.230.130
Custos de transação	(19.691)	(4.324)
Total	2.531.270	2.225.806

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (c) Garantia real;
- (d) Alienação fiduciária;
- (e) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (f) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2027	2.518
2028	12.563
2029 em diante	2.503.306
(-) Custo de transação	(19.691)
Total	2.498.696

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

13. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	72.023	20.751
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	65.574	20.397
Cauções e retenções contratuais (b)	6.449	354
Não circulante	1.896	77
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	1.896	-
Cauções e retenções contratuais (b)	-	77
Total	73.919	20.828



- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Circulante	20.988	17.163
Salários e remunerações a pagar	2.217	2.023
Benefícios, gratificações e participações a pagar	11.257	9.015
Encargos sociais e previdenciários	2.601	2.015
Provisão para férias	4.913	4.110
Não circulante	481	305
Gratificações e participações a pagar	481	305
Total	21.469	17.468

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 2.968.340, dos quais R\$ 1.723.330 ainda não foram integralizados, representado por 2.968.340.591 de ações ordinárias.

Em 02 de outubro de 2023, houve integralização de capital social no montante de R\$ 250.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021.

b. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Controladora realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (Total Shareholder Return) alvo real da Companhia no período.

É utilizado o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:



- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 18.518;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 18.518 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 186.

16. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	845.503	384.960
Receitas tarifárias	288.908	188.861
Receitas não tarifárias	243.512	156.257
Receitas de construção	312.459	39.519
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	624	323
Deduções das receitas brutas	(66.442)	(46.495)
Impostos sobre receitas	(61.448)	(39.017)
Abatimentos	(4.994)	(7.478)
Receita operacional líquida	779.061	338.465



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(336.057)	(297.846)
Juros sobre debêntures	(311.578)	(278.651)
Variação monetária sobre debêntures	(18.386)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(6)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(24.651)	(20.827)
Capitalização de custo dos empréstimos	19.878	2.312
Ajuste a valor presente - arrendamento	(15)	(22)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.293)	(652)
Receitas financeiras	41.500	23.000
Rendimento sobre aplicações financeiras	40.262	20.875
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	78	221
Juros e outras receitas financeiras	1.160	1.904
Resultado financeiro líquido	(294.557)	(274.846)

18. Instrumentos financeiros

18.1 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023	2022
Ativo	Nível	410.739	309.525
Valor justo através do resultado		353.711	254.938
Caixa e bancos	Nível 2	489	14
Aplicações financeiras	Nível 2	353.222	254.924
Custo amortizado		57.028	54.587
Contas a receber das operações		56.882	54.356
Contas a receber de partes relacionadas		146	231
Passivo	Nível	(2.620.178)	(2.282.843)
Custo amortizado		(2.620.178)	(2.282.843)
Debêntures (a)		(2.531.270)	(2.225.806)
Fornecedores e outras contas a pagar		(81.105)	(29.925)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(7.803)	(27.112)
Total		(2.209.439)	(1.973.318)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	2.551.691	3.274.671	2.230.130	2.268.761

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

18.2 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.2.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures e aplicações financeiras, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	2.551.691	(300.964)	(332.134)	(363.305)
Efeito sobre debêntures		(300.964)	(332.134)	(363.305)
CDI	355.878	17.745	22.105	26.437
Efeito sobre as aplicações financeiras		17.745	22.105	26.437
Total do efeito de ganho / (perda)		(283.219)	(310.029)	(336.868)

A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%
--------------------	----------	----------	----------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

19 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Compromisso de investimento	924.676	1.294.671

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	74.352	1.513
Fornecedores	74.352	1.513
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(74.352)	(1.513)
Adições ao ativo intangível	(74.352)	(1.513)

20.2 Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Capital social	Arrendamento	Total
Saldo inicial	(2.225.806)	(995.010)	(236)	(3.221.052)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	24.500	(250.000)	53	(225.447)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.479.467)	-	-	(2.479.467)
Pagamentos de principal e juros	2.503.967	-	53	2.504.020
Integralização de capital social	-	(250.000)	-	(250.000)
Outras variações que não afetam caixa	(329.964)	-	(15)	(329.979)
Despesas com juros e variação monetária	(329.964)	-	(15)	(329.979)
Saldo final	(2.531.270)	(1.245.010)	(198)	(3.776.478)



Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Rafael de Melo Laranjeira	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Fábio Russo Corrêa	Diretor Presidente
Mônica da Cruz Lamas	Diretora

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC1SP190868/O-0